

REUNIÃO MAGNA 2023

Ciência Básica para o Desenvolvimento Sustentável

9 - 11 DE MAIO 2023
MUSEU DO AMANHÃ - RJ
EVENTO PRESENCIAL GRATUITO



SESSÃO PLENÁRIA III CIÊNCIA E PESQUISA NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS E INCLUDENTES

Coordenador:

- Eduardo Cesar Leão Marques (USP)

Palestrantes:

- Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)
- Rosana Denaldi (UFABC)
- Ronaldo Balassiano (UFRJ)

Relatoria (Membra afiliada da ABC): Grace Silva Deaecto (UNICAMP)

1. Introdução e contextualização

"Cidade Sustentável" é um conceito multidisciplinar que envolve uma grande diversidade de temas, combinando pesquisa básica e aplicada para definir políticas públicas e avaliar seus resultados. Iniciativas focadas no cidadão, visando um espaço urbano sustentável e inclusivo, devem contribuir para mitigar as enormes desigualdades sociais presentes no nosso país. Neste sentido, a Academia Brasileira de Ciências convidou palestrantes especialistas em diferentes temas de planejamento urbano, como desigualdade no acesso à cidade, urbanização na Amazônia, transporte e mobilidade e urbanização de favelas.

2. Possíveis contribuições dos repertórios sócio-espaciais amazônicos para o século XXI.

Ana Cláudia Cardoso (UFPA)

“Os povos originários possuíam um padrão de assentamentos em gradiente entre o centro da aldeia, a roça, o pomar e a floresta profunda, um exemplo de urbanismo de baixa densidade em região tropical. Isso poderia nos inspirar neste momento de crise ambiental”

A urbanização brasileira se deu de forma acelerada, pois sempre foi vista como sinônimo de progresso. As cidades surgiram e cresceram de forma improvisada, sem qualquer planejamento e diálogo com a sociedade. Um vetor chave era a industrialização, unindo os setores público e privado na busca por crescimento econômico e gerando bolsões de pobreza e riqueza no processo. Através da histórica exclusão das camadas populares dos centros, agravaram-se a desigualdade social e a degradação do meio ambiente. A urbanização extensiva acabou por contaminar o solo, a água, contribuiu para o desmatamento e alterou microclimas.

Em contraste com este modelo de cidade, a Amazônia permite a visualização de outras alternativas de urbanização e produção. Estudos arqueológicos mostram que os povos originários têm cuidado da floresta há mais de 10 mil anos e, além da domesticação de espécies, do manejo do solo e de cursos d'água, eles constituíram uma organização espacial que define um urbanismo de baixa densidade agrário-tropical. Segundo este modelo de organização, quatro entes devem existir de forma articulada e inseparável: o rio, as cidades ou vilas, o campo e as florestas e suas formas de vida. Este modelo se manteve até os anos 60, quando o governo federal iniciou um processo de ocupação mais tradicional.

Desde 2016, existe um impulso pela regularização fundiária e privatização de todas as terras, o que anda na contramão de pesquisas que demonstram a importância do bem público para a solução dos impasses sócio-ambientais contemporâneos, como sempre foi praticado na região. Se observarmos a área das comunidades na Amazônia, 10% é ocupada com moradia coletiva e 90% é dedicada à produção. Ao contrário do que parece, não há sobra de terra, toda ela é essencial para suprir as necessidades do povo.

Para a palestrante, o futuro e as metas da agenda 2030 passam por olharmos para os exemplos do passado e questionarmos valores hegemônicos, violentos e racistas vigentes.

3. A (in)sustentabilidade urbana e as condições de moradia

Rosana Denaldi (UFABC)

“As condições de segurança, saneamento, mobilidade, serviços e infraestrutura nas favelas ainda são pouco capturadas por pesquisas nacionais, assim como os riscos ambientais”

Existe uma relação fundamental entre a construção de cidades sustentáveis e inclusivas com o enfrentamento da precariedade habitacional. As favelas são uma dimensão indissociável do padrão de urbanização brasileira.

Isto porque, cidades sustentáveis não possuem favelas e assentamentos precários. Estes fenômenos ocorrem, pois são alternativas para a população que não consegue acesso ao mercado formal de moradia e que não é atendida pelo Estado, precisando ocupar espaços em que falta infraestrutura e saneamento. Grande parte também se localiza em áreas ambientalmente protegidas, como mananciais, margens de cursos d'água e regiões de alta declividade, portanto sofrem com deslizamentos. Essas situações de risco são agravadas pela crise climática, que atinge de forma mais grave a população das favelas.

Políticas públicas voltadas para a urbanização sustentável precisam ampliar o mercado residencial legal e atender a população de baixa renda, não apenas mitigando riscos ou urbanizando assentamentos precários. É preciso implementar ações comprometidas com o ideal da reforma urbana e não apenas orientadas pelo interesse do mercado.

É necessário ampliar o conhecimento sobre assentamentos precários e intervenções. Neste sentido, as pesquisas sobre urbanização de favelas representam um tópico de grande relevância. Dentro deste tópico, entre outros, podemos elencar três temas principais: (i) as características dos assentamentos precários; (ii) revisitar diversas abordagens e paradigmas como, por exemplo, o de que o problema da favela se resolve somente com saneamento e infraestrutura e (iii) o impacto das mudanças climáticas nos assentamentos precários.

4. Gerenciamento da mobilidade urbana: cidades mais sustentáveis e inclusivas

Ronaldo Balassiano (UFRJ)

“Tivemos um aumento considerável na frota de carros. O gerenciamento da mobilidade passa por privilegiar os transportes coletivos e ativos, fazendo uso racional do carro”

Um tema central para cidades sustentáveis e inclusivas é a mobilidade urbana. Esta se relaciona com, pelo menos, três objetivos do desenvolvimento sustentável: saúde e bem estar, cidades e comunidades sustentáveis e ação contra a mudança global do clima.

É possível ter transporte e segurança para todos. O gerenciamento sustentável da mobilidade consiste em reduzir o número de carros, utilizando como alternativa, transportes coletivos e bicicletas. Infelizmente, o Brasil se encontra na contramão destes objetivos, com um aumento muito grande da frota de carros nas últimas duas décadas.

Do ponto de vista formal, as políticas de transporte e mobilidade, apresentadas nas diretrizes nacionais de 2001, 2012 e 2015, se colocadas em prática, poderiam deixar nossas cidades muito mais agradáveis e com melhor qualidade de vida. Infelizmente, estas políticas não foram implementadas, pois cada novo governo tende a mudar tudo o que está em andamento, sem nenhum compromisso com a melhoria do sistema.

Algumas medidas concretas que poderiam contribuir para a melhoria da mobilidade são: (i) a integração modal dos meios de transporte; (ii) a integração tarifária e (iii) a adequação da distribuição espacial do transporte de forma a possibilitar fácil acesso a pontos importantes da cidade. Além disso, o transporte tem que ser confiável em segurança e pontualidade. Deve-se também investir em mobilidade de baixo carbono criando, por exemplo, programas de eletrificação de transporte público.

5. Desigualdades sociais, políticas públicas e sustentabilidade urbana

Eduardo Leão Marques (UFRJ)

“Não é possível fazer desenvolvimento sustentável sem enfrentar as desigualdades. As cidades combinam ou implicam pesquisa básica e aplicada para a promoção de políticas públicas”

Um ponto que fica óbvio quando observamos a Agenda 2030 é que não se promove o desenvolvimento sustentável sem enfrentar a questão da desigualdade social e urbana nas cidades. Neste sentido, o palestrante apresentou cinco agendas de pesquisa para abordar este tópico:

- **Pobreza Urbana:** é preciso pesquisa, produção de dados e estatísticas sobre os diversos mecanismos de geração e manutenção da pobreza.
- **Precariedade Habitacional:** é necessário entender melhor a diversidade nos processo de favelização para desenvolver políticas mais diversificadas e condizentes com as situações locais.
- **Desigualdade Social:** neste ponto, deve-se incluir fatores como gênero, raça e outras dimensões. Combater a desigualdade depende de entender os mecanismos da sua reprodução para poder neutralizá-los.

- **Acesso a Serviços:** Conhecemos muito sobre o funcionamento das infraestruturas e as trajetórias de acesso, mas possuímos pouco conhecimento sobre os mecanismos que dificultam o acesso aos serviços.
- **Segregação Urbana:** o país tem bastante conhecimento sobre os padrões de segregação nas cidades, mas muito pouco sobre a conexão destes padrões com outras dimensões, como acessibilidade e projetos urbanos. É importante investigar como as intervenções do poder público, as leis de ocupação do solo e o controle sobre o uso e ocupação do solo reproduzem estes padrões.

6. Desafios e implicações

Os temas tratados suscitam enorme interesse e impacto, pois envolvem ações e preocupações básicas, que o nosso país deve ter com o futuro e o bem estar da sua população. Os desafios centrais são:

- Definir novas alternativas de urbanização e produção, olhando para o passado e questionando as pretensas soluções adotadas. De maneira abrangente, ampliar o mercado residencial legal comprometido com o ideal da reforma urbana para atender a população de menor renda.
- Gerenciar a mobilidade urbana de tal maneira a resultar em cidades sustentáveis e inclusivas, como forma de enfrentar as desigualdades sociais e urbanas nas cidades.

Esses imensos desafios implicam na participação efetiva da população e de ações amplas do governo como forma de definir políticas públicas, para torná-los realidade.

OS PALESTRANTES

SESSÃO PLENÁRIA 3

CIÊNCIA E PESQUISA NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS E INCLUDENTES

EDUARDO CESAR LEÃO MARQUES (USP) | COORDENADOR

Engenheiro civil, mestre em planejamento urbano e regional e doutor em ciências sociais. Especializado em saúde pública pela Fiocruz. Atualmente é professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Dedicar-se principalmente ao estudo de políticas públicas, sociologia e política urbana, redes sociais e pobreza urbana.

ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO (UFPA)

Arquiteta com especialidade em planejamento urbano e doutora pela Universidade Oxford Brookes, na Inglaterra. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Pará. Seu interesse de pesquisa é a convergência entre a urbanização extensiva observada na Amazônia oriental, os arranjos espaciais dos assentamentos humanos da região e a defesa do direito à sócio biodiversidade.

ROSANA DENALDI (UFABC)

Arquiteta especializada em política habitacional e urbana pelo Instituto de Estudos de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Roterdam, na Holanda, doutora em urbanismo pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do ABC. Atua nas áreas de habitação e planejamento urbano, política habitacional e urbanização de favelas.

RONALDO BALASSIANO (UFRJ)

Engenheiro civil, mestre em engenharia de transportes e planejamento energético e ambiental pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Doutor em engenharia de transportes pela Universidade de Westminster, na Inglaterra. Professor titular aposentado da Coppe/UFRJ. Suas principais experiências são na área de transportes e planejamento e gerenciamento de mobilidade urbana.